



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 1 de Setembro de 1971

O Povo de Deus no desígnio da salvação

A procura das expressões características e dominantes, que se encontram nos ensinamentos do Concílio, leva-nos a reconhecer facilmente, na qualificação de « Povo de Deus », o título preferido com o qual a Igreja é definida. A Igreja é o Povo de Deus. Mas esta não é a única denominação que compete a este Ente misterioso e complexo que é a Igreja.

Todos nós certamente recordamos pelo menos algumas das muitas expressões com que a Igreja é denominada na linguagem bíblica e teológica. Julgamos, porém, que vale a pena reevocar algumas delas, para melhor compreender a importância e o significado da expressão « Povo de Deus », na qual vamos deter, agora, a nossa atenção.

A Igreja é, em Cristo, « um sacramento, um sinal, um instrumento », por meio do qual os homens têm a possibilidade de entrar em contacto íntimo com Deus, para a própria salvação, e podem constituir entre si, mais do que uma sociedade, uma comunhão. Já o recordámos outras vezes. A Igreja é « o germe e o início » do Reino de Cristo e de Deus; o ovil, de que Jesus Cristo é pastor; a casa, o templo, a família de Deus; a Jerusalém messiânica, a cidade de Deus; a Esposa de Cristo, ou seja, a humanidade unida a Cristo pelo vínculo de um amor supremo e vital; a coluna e o fundamento da verdade; e, principalmente, o Corpo Místico, de que Jesus Cristo é a Cabeça, e nós, os membros, diversamente estruturados, mas animados por um único Espírito (cfr. *1 Cor 12*, 12 ss.; *Col 1*, 18; *Ef 1*, 22-23; 4, 15-16). E assim por diante. Cada um destes títulos oferece ocasião para profundas e consoladoras meditações.

Mas detenhamo-nos na consideração daquele que foi escolhido pelo Concílio. Uma linda página

da Constituição dogmática sobre a Igreja, a Lumen Gentium, ensina-nos que « em qualquer tempo e nação, é aceite por Deus todo aquele que O teme e pratica a justiça (cfr. Act 10, 35). Aprouve, no entanto, a Deus santificar e salvar os homens, não individualmente, excluindo toda a relação entre eles, mas antes constituindo-os em povo, que O conhecesse na verdade e O servisse na santidade. E assim escolheu Israel para Seu povo, estabeleceu com ele uma aliança, e foi-o instruindo gradualmente, manifestando-se a Si mesmo e os desígnios da Sua vontade na história desse Povo, e santificando-o para Si. Tudo isto aconteceu como preparação e figura daquela aliança nova e perfeita, que haveria de selar-se em Cristo, e da revelação mais plena que o próprio Verbo de Deus, feito carne, viria comunicar. " Eis que vêm os dias (palavra do Senhor), em que concluirei com a casa de Israel e a casa de Judá uma aliança nove» Gravarei a Minha lei no mais profundo do seu ser e escrevê-la-ei em seus corações. Então Eu serei o seu Deus e eles serão o Meu povo. E eles hão-de conhecer-Me todos, do mais pequeno aos maiores, diz o Senhor " (Jer 31, 31-34). Cristo estabeleceu este novo pacto, a nova aliança no Seu sangue (cfr. 1 Cor 11, 25), chamando, de entre os judeus e os gentios, um povo que realizasse a sua unidade, não segundo a carne, mas no Espírito, e constituísse o novo Povo de Deus » (Lumen Gentium, 9). Que magnífica síntese histórica e teológica das relações entre Deus e a humanidade, segundo a Revelação!

Muitas pessoas atribuíram uma grande importância doutrinal e prática à precedência que a Lumen Gentium deu ao tema do Povo de Deus, tratado no capítulo II, em relação ao tema da constituição hierárquica da Igreja, objecto do capítulo III, como se este facto comportasse, doravante, uma substancial mudança na estrutura da mesma Igreja, mudança que a obrigasse a reformar a sua ordem constitucional, estabelecida por Cristo, e interpretada e fixada pela Tradição; mudança que estivesse em oposição principalmente com os ensinamentos dogmáticos do Concílio de Trento e do I Concílio do Vaticano, e também com a tradicional doutrina teológica e catequética, em proveito das correntes ideológicas democráticas do nosso tempo.

Mas não deve ser assim. A prioridade do estudo em questão tem grande importância pela visão ampla e orgânica que nos obriga a ter: a realidade humana, comum a todos, da qual se compõe o Corpo místico e social da Igreja, e a causa final da mesma Igreja, isto é, a salvação da humanidade, do Povo, são colocadas no primeiro plano, são *priores in intentione*, mas a causa instrumental eficiente, ou seja, o mandato hierárquico com os relativos poderes geradores do Povo de Deus, conferido por Cristo aos Apóstolos, conserva a sua indispensável eficiência, como diz o citado capítulo III, com as suas específicas prerrogativas *prior in executione*.

Não é sob este aspecto pseudo-antagónico entre Povo e Hierarquia que devemos estudar e apreciar o título de Povo de Deus, reconhecido à Igreja inteira: Fiéis, Bispos e Papa, considerados conjuntamente. No pensamento divino, a humanidade toda é objecto de uma igualdade fundamental (cfr. Mt 23, 8), de um desígnio global, de um destino comum. Ela forma um povo a que todos podem pertencer. Este povo era antes bem determinado, por razões étnicas e normas religiosas, isto é, por um antigo pacto, por uma antiga aliança, pelo Antigo Testamento;

era um povo privilegiado e exclusivo. Mas, com o advento do Messias, com o advento de Cristo, instaurador de uma « nova e eterna aliança », surgiu um novo povo que não está delimitado pelo sangue e pela terra, mas, como escreve o Apóstolo São Pedro na sua primeira carta, é « estirpe eleita, sacerdócio régio, gente santa, povo trazido à salvação» (1 Ped 2, 9), por meio da redenção de Cristo, oferecida a toda a humanidade, a um povo de filhos de Deus (cfr. Jo 1, 12), a todos vós « que fostes chamados das trevas para a luz admirável, que outrora não éreis sequer um povo, mas que agora sois Povo de Deus » (1 Ped 2, 9-10). Este é o desígnio religioso, o plano da salvação verdadeira e eficaz, fruto da misericórdia de Deus e do amor eterno. O Concílio no-lo apresenta, admiravelmente, na sua realidade histórica e existencial, através dos séculos e na vida futura.

Observai, porém, que este plano divino, intencional e potencialmente universal, isto é, católico, conserva, de facto, em conformidade com os imperscrutáveis desígnios de Deus (cfr. Mt 24, 40), e por causa da inviolável e real liberdade do homem (cfr. Rom 10, 16; Jo 12, 37), uma linha discriminadora, a fé, com tudo o que esta comporta, na ordem humana e espiritual (cfr. Mt 16, 16; Hebr 11, 6), que determina a configuração do Povo de Deus. Ele é, de facto, a comunidade dos que crêem, daqueles que aceitaram o Evangelho, a Boa-Nova, e, por isso, entraram numa nova, vital e inefável relação com o Deus vivo, numa nova e sobrenatural aliança, a que chamamos Novo Testamento (1 Cor 1, 21).

O facto de pertencer ao Povo de Deus, se pensamos bem, assume uma importância enorme e decisiva. É o início e o penhor da salvação. Esta importância é tão grande, porque depende de um complexo mistério de graça, de misericórdia e de amor da parte de Deus, e de liberdade humana da nossa parte, e também porque se insere na trama do nosso destino pessoal eterno (cfr. Jo 3, 18; Apoc 7, 3; 9, 4; 14, 1), e enfim, implica outros imensos problemas, como o missionário (cfr. *Ad Gentes*, 2-5) e o ecuménico (cfr. *Unitatis Redintegratio*, 2). Se o Povo de Deus é a Igreja de Cristo, pertencer à Igreja de Cristo toma-se uma questão capital.

Há quem, ao entrever na ideia e na realidade do Povo a suma expressão da vida humana colectiva, se detém voluntária e radicalmente no nível leigo e secular, não aceita que esta nossa multidão de seres mortais, sempre insatisfeitos, tenha sido elevada a um nível superior, o de Povo de Deus, de Povo messiânico, com o destino presente e futuro da Igreja, Corpo de Cristo ressuscitado e ressuscitador. Este é um grande perigo e pode induzir a grave erros.

E quem pensa poder, a seu bel-prazer, continuar como cristão, abandonando o recinto institucional da Igreja visível e hierárquica, ou imaginando que pode aderir ao pensamento de Cristo, mesmo se está a modelar para si uma Igreja, concebida segundo o seu modo de ver, erra e engana-se a si mesmo. Além disso, compromete-se e, talvez, separa-se e faz que outros se separem da comunhão verdadeira com o Povo de Deus, perdendo o penhor das suas promessas.

Seria conveniente recordar aqui a antiga sentença, segundo a qual « fora da Igreja não há

salvação » (DS. 2865; Dublanchy, *L'Église*, em: *Dictionnaire de Théologie Catholique*, col. 2155). Mas não é este o momento de explicar como ela deve ser compreendida. Deus pode salvar qualquer pessoa como quer. E nós sabemos como é grande a Sua sabedoria e a Sua misericórdia. Mas na revelação do Seu amor Ele determinou que Jesus Cristo e a Sua Igreja constituíssem, para nós, a ponte obrigatória de passagem da nossa sorte infeliz à Sua salvação e bem-aventurança.

Portanto, a consciência de pertencer ao Povo de Deus, à Igreja, com filial adesão na fé, na caridade, na comunhão estruturada e visível legitimamente, como de facto é, deveria ser sempre alimentada e examinada por nós, com humilde e sincera verificação. Deveria constituir o fundo espiritual de segurança e de alegria, próprio do verdadeiro Povo de Deus, cristão e católico. Deveria fazer ressoar continuamente no nosso coração o hino da Igreja peregrina: « Como são amáveis as vossas moradas. Senhor dos exércitos! Anela e suspira a minha alma pelos átrios do Senhor; o meu coração e os meus sentidos clamam pelo Deus vivo! » (*Sl* 84 [83]). É o que desejamos a todos vós. dando-vos a nossa Bênção Apostólica.